

Vozes Negras na Periferia da Cidade de São Paulo: revisitando etnografias e memórias silenciadas (1970-1980)

José Carlos Gomes da Silva¹

¹Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, SP, Brasil

Resumo

Focalizo, neste artigo, o silêncio em torno das vozes negras nas etnografias urbanas desenvolvidas na cidade de São Paulo nas décadas de 1970 e 1980. O período coincide com os fluxos migratórios de populações negras provenientes de diferentes regiões do país. Uma vez na metrópole, esses grupos passaram a residir nas periferias urbanas, onde enfrentaram inúmeras carências decorrentes da segregação socioespacial. Os bairros periféricos de então, hoje reconhecidos como territórios negros, abrigam expressivos contingentes de afrodescendentes. Contudo, os etnógrafos urbanos que pesquisaram a periferia no período silenciaram sobre o marcador racial. Ignoraram, por exemplo, que muitas lideranças dos movimentos sociais e parte significativa dos entrevistados eram negros, e que as relações raciais e o racismo poderiam constituir dimensões centrais da vida cotidiana dos migrantes. Indago-me sobre as razões para tais apagamentos, silêncios e esquecimentos. Em contraposição a esse silêncio, busco registrar e valorizar as memórias negras. A pesquisa de natureza etnográfica foi realizada em bairros nos quais vivi minha infância e juventude e com pessoas com as quais compartilho a ancestralidade negra.

Palavras-chave: Vozes Negras; Silêncio; Esquecimento; Antropologia Urbana; Etnografia; Racismo.

Black Voices in the Periphery of the City of São Paulo: revisiting ethnographies and silenced memories (1970-1980)

Abstract

In this article, I focus on the silence surrounding Black voices in the urban ethnographies developed in the city of São Paulo during the 1970s and 1980s. This period coincides with the migratory flows of Black populations from various regions of the country. Once in the metropolis, these groups began to reside in urban peripheries, where they faced numerous hardships resulting from socio-spatial segregation. These peripheral neighborhoods of that time, today recognized as Black territories, are home to significant contingents of Afro-descendants. However, the urban ethnographers who researched the periphery during this period remained silent regarding the racial marker. They ignored, for instance, that many social movement leaders and a significant portion of the interviewees were Black, and that racial relations and racism could constitute central dimensions of the migrants' daily lives. I question the reasons behind such erasures, silences, and omissions. In contrast to this silence, I seek to record and value Black memories. This ethnographic research was conducted in neighborhoods where I spent my childhood and youth, and with people with whom I share Black ancestry.

Keywords: Black Voices; Silence; Erasure; Urban Anthropology; Ethnography; Racism.

Recebido em: 13/08/2025

Aceito em: 13/01/2026



Este trabalho está licenciado sob CC BY-NC-SA 4.0. Para visualizar uma cópia desta licença, visite <https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/>

1 Introdução

A questão do apagamento das vozes dos moradores negros da periferia de São Paulo surgiu inicialmente como um problema observado durante o ensino da disciplina Antropologia Urbana na Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) – Câmpus Guarulhos. Ao analisar etnografias produzidas entre as décadas de 1970 e 1980, inquietou-nos o fato de que os migrantes periféricos, majoritariamente negros, não eram descritos como tais nos textos antropológicos. Essa lacuna transformou-se em objeto de investigação, cujos resultados apresentamos neste artigo¹.

O estudo foi realizado em pequenas localidades situadas ao longo da Estrada do M'Boi Mirim, mais especificamente no trecho compreendido entre o bairro da Piraporinha e o Jardim Ângela. Essa região foi palco de importantes movimentos sociais reivindicativos nas décadas de 1970 e 1980, fenômeno que despertou o interesse de diversos pesquisadores. Eder Sader (1988) e Silvio Caccia Bava (1983), por exemplo, estiveram na área nos anos de 1980, conduzindo investigações *in loco*. A realidade por eles observada foi abordada segundo os parâmetros da etnografia. Dessa forma, os autores cumpriram a função primordial do etnógrafo: “inscrever os discursos sociais para futuras inspeções”².

As produções de Bava (1983) e Sader (1988) integram um conjunto mais amplo de etnografias desenvolvidas nas periferias urbanas de São Paulo nas décadas de 1970 e 1980. Constatamos que esse corpo de investigações foi analisado por Eunice Durham (1986), a qual mencionou a existência de estudos que tomavam o negro como objeto de investigação. No entanto, identificamos apenas uma etnografia que focalizava explicitamente a população negra da periferia como objeto central de estudo (Kofes, 1976).

Verificamos que a primeira pesquisa sobre a população negra na cidade de São Paulo data de meados da década de 1950 (Bastide; Fernandes, 1955), desenvolvida sob a perspectiva das relações raciais³. A obra revela que, nas primeiras décadas do século passado, os negros já se apresentavam como uma categoria social e política expressiva no espaço urbano.

¹ Referimo-nos ao projeto *Negros na cidade: identidade, lazer e cultura no contexto da periferia* (2016-2018). A pesquisa de natureza etnográfica foi realizada em bairros da periferia da Zona Sul paulistana nos quais vivi minha infância e juventude. Além do espaço urbano, compartilho com os moradores a ancestralidade negra. A partir de 2015, voltei a residir na localidade. Parte do estudo, ora contemplada neste artigo, tem como fontes as memórias de mulheres negras que foram importantes lideranças dos movimentos reivindicativos nas décadas de 1970-1980, entre elas, Maria Saraiva, Odete, Dona Maria, Maria Felipe e Lourdes.

² “O etnógrafo ‘inscreve o discurso social’: *ele o anota*. Ao fazê-lo ele o transforma de acontecimento passado, que existe apenas em seu próprio momento de ocorrência, em um relato, que existe em sua inscrição e que pode ser consultado novamente” (Geertz, 1978, p. 29).

³ O conceito foi desenvolvido no contexto dos estudos da Escola de Chicago e orientou os pesquisadores no entendimento do “preconceito racial” na cidade. A categoria se apresentava como uma importante ruptura em relação aos estudos sobre raça desenvolvidos período do “racismo científico”. Agora não se tratava de compreender as raças enquanto categorias estanques, mas nas relações que estabeleciam em sociedade.

Branços e negros em São Paulo tornou-se um marco importante para a compreensão do “preconceito racial” na cidade e na sociedade brasileira. Os autores registraram um conjunto de manifestações de racismo, descrevendo em detalhes expressões de discriminação racial nas interações interpessoais – como insultos e agressões –, bem como as barreiras impostas por clubes da elite branca e as práticas de exclusão nos processos seletivos do mercado de trabalho. Algumas dessas denúncias já vinham sendo amplamente registradas pela chamada Imprensa Negra (Bastide, 1973).

Contudo, após esse período, instaurou-se um longo silêncio. As pesquisas urbanas realizadas quando a Antropologia se consolidava como a disciplina de maior prestígio entre as Ciências Sociais (Durham, 1986) não tomavam a questão racial como objeto de investigação. Nossas leituras indicam que, nas décadas de 1970 e 1980, consolidou-se uma epistemologia desracializada na abordagem dos fenômenos urbanos que tinham lugar nos bairros periféricos. Essa forma de pensar, ao ignorar a dimensão racial, acabou por apagá-la dos textos – como se o fenômeno não existisse. Quais foram as razões para a ruptura com os estudos inaugurais de Roger Bastide e Florestan Fernandes? Como tornar invisível um aspecto tão evidente na realidade? E, sobretudo, como explicar o desaparecimento da temática racial nas etnografias urbanas produzidas nas décadas de 1970 e 1980?

Os estudos sobre a periferia e os movimentos sociais urbanos, no período em tela, foram produzidos em sua maioria no âmbito do programa de pós-graduação vinculado ao Departamento de Ciências Sociais da Universidade de São Paulo (USP). As professoras Eunice Durham e Ruth Cardoso tiveram papel relevante na orientação de múltiplas pesquisas sobre a periferia. José Guilherme C. Magnani (1984, p. 14), ao se referir aos participantes dos seminários coordenados por essas orientadoras, revela os nomes de alguns dos principais iniciados no campo da Antropologia Urbana: Teresa Caldeira, Carmen Cinira de Macedo, Maria Lúcia Montes, Guita Grin, Mariza Corrêa, Paula Montero, Oscar Landi e Alba Zaluar. Dissertações e teses produzidas por esses pesquisadores originaram livros e artigos que estruturaram o campo da disciplina: Bava (1983), Caldeira (1984), Silva-Telles (1984), Magnani (1984), Macedo (1985), Niemeyer (1985), entre outros⁴. O estudo de Eder Sader (1988), embora identificado com a Sociologia, utiliza como método de investigação a etnografia, realizada nas periferias das zonas Sul e Leste, razão pela qual o incorporamos à análise.

Os etnógrafos urbanos referiam-se aos moradores recém-chegados à periferia da metrópole por meio de categorias variadas – migrantes, trabalhadores, classes populares, camadas populares, moradores dos bairros periféricos. O contexto político era o da ditadura militar, e as demandas gestadas nos movimentos sociais das periferias incluíam protestos contra o “custo de vida” e contra a ausência de infraestrutura básica – como água encanada, transporte coletivo e postos de saúde. Ao se manifestarem junto ao poder público exigindo soluções concretas, os ativistas passaram a ser vistos, pelos estudiosos, como um sinal de esperança mais ampla na direção da redemocratização do país, pois, ainda que indiretamente, as ações empreendidas questionavam o regime autoritário. Contudo, essa dimensão subjetiva – que articulava ações reivindicativas na periferia e um projeto intelectual mais amplo de

⁴ Tivemos ainda o privilégio de ter sido aluno da professora Carmem Cinira de Macedo (na graduação em Ciências Sociais na PUC-SP) e de ter sido orientado por Ana Maria de Niemeyer (mestrado, doutorado, pós-doutorado na Unicamp) e supervisionado por Suely Kofes no pós-doutorado (2016-2017).

transformação política, o qual contava com a empatia dos pesquisadores – foi, posteriormente, minimizada.

No que se refere especificamente aos movimentos populares, ao contrário do entusiasmo inicial, quando muitos viam neles uma promessa de futuro, não são poucos os que passaram a apontar seus limites – e alguns chegaram mesmo a questionar sua viabilidade política (Silva-Telles, 1988, p. 247).

A dimensão subjetiva que orientava as organizações sociais (Sader, 1988) foi assumida como uma questão metodológica característica da Antropologia Urbana que, naquele momento, se estruturava internamente. A mobilização dos atores políticos estava associada a uma dimensão existencial imediata, e os pesquisadores se mostravam sensíveis e solidários às demandas populares. O risco de a pesquisa marcada pela empatia “resvalar para a militância” foi apontado por Durham (1986). O problema metodológico em pauta desafiava os estudiosos.

A obra inaugural de Gilberto Velho (1978) prenunciava alternativas para esse encontro com o “Outro” situado no mundo que nos é familiar. O bairro de Copacabana, por exemplo, surgia aos olhos do antropólogo como um espaço “familiar”, já que ele havia residido ali antes de tomá-lo como objeto de pesquisa. Posteriormente, Velho (1987) aprofundaria essa questão no plano epistemológico, ao propor que fenômenos familiares deveriam ser assumidos como “não conhecidos” e, portanto, transformados metodologicamente em exóticos – condição necessária para preservar a alteridade, princípio fundamental na construção do saber antropológico.

A narrativa de Magnani (1984), ao nos apresentar a periferia, é exemplar no esforço de produzir, no leitor, a convicção de que os bairros periféricos constituíam um mundo à parte. Por meio de imagens que remetiam a noções como desordenado, sinuoso e de difícil acesso, ficava evidente que as normas de edificação e as estéticas dominantes na periferia não eram familiares ao mundo do etnógrafo:

A periferia da Grande São Paulo constitui um mundo de difícil acesso para quem vem do lado de lá da Avenida Marginal; sua topografia é acidentada, o traçado das ruas e becos nem sempre respeita as decantadas regras do planejamento urbano, as construções denunciam a ausência da prancheta do arquiteto e a decoração fere ostensivamente as normas de uma certa concepção estética (Magnani, 1984, p. 15).

A despeito do empenho de alguns etnógrafos em explicitar a alteridade, Eunice Durham, ao fazer o balanço crítico dos estudos produzidos à época, concluiu que havia “deslizes semânticos” excessivos nas abordagens e que, apesar dos preceitos canônicos malinowskianos, pesquisadores movidos pela identificação política com os pesquisados estavam “despolitizando” conceitos concebidos rigorosamente nos paradigmas originais. Metodologicamente, afirmava: “[...] estamos passando da observação participante para uma participação observante e resvalando para a militância” (Durham, 1986, p. 21). Assim, a Antropologia Urbana que se popularizava ao investigar a periferia estaria, segundo a autora, perdendo rigor científico.

De toda forma, o fato de estarmos hoje conscientes de que exercemos o fazer antropológico em um contexto pós-colonial – no qual a disciplina é, por vezes, conceituada como “antropologias nacionais” em oposição à “antropologia internacional” forjada no

contexto do “encontro colonial” – impõe-nos a reflexão sobre a subjetividade em contraposição ao princípio objetivo da alteridade na prática de pesquisa.

Como observa Caldeira (2000), os “antropólogos nacionais” estudam quase exclusivamente sua própria sociedade e só podem trabalhar com o “estilo internacional” de forma problemática. A posição de pesquisadores tentando ser estranhos à sua própria cultura é, assim, intrinsecamente dúbia. Dessa forma, o imperativo da alteridade tem sido mantido, sem grande crítica, como recurso metodológico nas “antropologias nacionais”. Esse paradoxo expõe dois tipos de relações de poder que enquadram a prática de tais antropologias: de um lado, o fato de estudarem sua própria cultura e não “outros”, mas insistirem na construção de alteridade; de outro, a timidez em criticar essa postura, o que revela o poder do “estilo internacional” em moldar a disciplina na periferia (Caldeira, 2000, p. 21-22).

A subjetividade aparece, no contexto das antropologias periféricas, como dado inerente à nossa condição de cidadão/pesquisador – *status* considerados não contraditórios –, pois as cidades que pesquisamos “[...] são cidades nas quais queremos intervir, que queremos construir, reformar, criticar e transformar” (Caldeira, 2000, p. 20). A questão racial que pautamos neste artigo adota tal premissa, manifestando o desejo do pesquisador de compreender a cidade que almejamos transformar, assegurando visibilidade às experiências negras apagadas da história urbana e dos estudos acadêmicos.

A Antropologia Urbana das décadas de 1970 e 1980 não conseguiu incorporar, conforme observamos, as vozes da periferia negra. O paradigma hegemônico permaneceria por um longo tempo no estágio da “ciência normal”, “[...] cuja pesquisa está baseada em paradigmas compartilhados e comprometidos com as mesmas regras e padrões para a prática científica” (Kuhn, 2001, p. 30-31) ou, nos termos do relativismo boasiano, “[...] o olho que vê é o olho da tradição” (Boas, 2021, p. 15). No contexto das décadas de 1970-1980, a periferia era vista academicamente sob o prisma das classes populares, sem incluir o recorte racial.

A tentativa de inscrever, por meio do diálogo, as vozes do pesquisador e pesquisados colocou-se para nós como um desafio. Exatamente por estarmos estudando um grupo de pessoas do nosso pertencimento racial, desejávamos valorizar a horizontalidade das falas e inseri-las em sua integralidade – em oposição às descrições nas quais a população negra aparecia na penumbra do texto antropológico, reduzida a pequenos fragmentos ilustrativos, anônimos e desracializados, resultando em assimetrias, silenciamentos e apagamentos sobre o racismo.

Tal questão de natureza epistêmica se impõe, especialmente, a nós antropólogos negros e negras, formados no campo das ciências sociais brasileiras. Tal campo, conforme observou Luena Pereira, se pautou historicamente pela institucionalização de um “lugar de fala” considerado legítimo no qual os fundamentos da alteridade foram instituídos por meio do estranhamento ou “outrificação” dos seguimentos sociais marginalizados, negros, pobres, indígenas e excluídos do eixo Sul/Sudeste. Evidencia-se nesse discurso antropológico, a enunciação de um “nós” pretensamente universal, mas “que é profundamente marcado pelo lugar racial da branquitude, e social da urbanidade supostamente cosmopolita, de classe alta ou média alta, do sul e sudeste brasileiro (e Distrito Federal)” (Pereira, 2020, p. 9). Conforme aponta a autora, esse “nós” reivindicado pela antropologia institucionalizada como científico e universal, quando revisto à luz do paradigma pós-colonial e da teoria decolonial se revela expressão de um poder de fala hegemônico, orientado pelo viés da branquitude.

Consideramos que tal olhar impossibilitou os pesquisadores que visitaram a periferia nos anos 1970 e 1980 de conceberem os entrevistados negros como tais, razão pela qual mantiveram o silenciamento sobre o marcador racial e o racismo. Contudo, conforme observa Luena Pereira (2020), as transformações impulsionadas pela chamada Lei de Cotas (de 2012) têm possibilitado, contemporaneamente, o questionamento do modelo acadêmico orientado pela branquitude, produzindo dissonâncias que reivindicam o descentramento do paradigma hegemônico – desafio que, em parte, nos propusemos enfrentar neste artigo.

O discurso integral de uma das entrevistadas, dona Maria Saraiva, apresenta-se, nesse sentido, como um exercício de prática de escrita etnográfica por meio do qual buscamos responder às questões levantadas ao longo da pesquisa. Na elaboração da escrita, articulamos contribuições da História Oral de Vida (Bom Meihy, 1996) e da Antropologia Dialógica (Tedlock, 1986). Para este último autor, a pesquisa etnográfica é produto do diálogo estabelecido com os pesquisados no campo; contudo, na escrita etnográfica, tais diálogos muitas vezes desaparecem, cedendo lugar ao privilégio das vozes dos antropólogos.

Na etnografia clássica outros antropólogos podem ser citados extensivamente, mas nenhum nativo emite nenhuma frase completa, seja no texto, seja na tradução. Nos casos excepcionais que os nativos se expressam durante um certo espaço de tempo, eles falam apenas como grupo, através de trechos de mitos e orações. Há é claro aqueles “termos nativos” ubíquos que não chegam a constituir uma fala articulada [...] (Tedlock, 1986, p. 186).

2 Revisitando a Periferia: as fábricas e os bairros

Revisitamos a periferia da Zona Sul no período 2016-2020⁵, orientados pela literatura acadêmica que nos formou desde a graduação e pelas experiências no ensino da disciplina Antropologia Urbana. Embora tenha vivido minha infância e juventude na localidade – exatamente no período de ascensão dos movimentos sociais reivindicativos –, voltar a residir na região permitiu-me avaliar criticamente os problemas metodológicos inerentes à constituição da Antropologia Urbana. O contexto teórico e o processo de segregação socioespacial haviam modificado significativamente a paisagem urbana. O modelo centro-periferia convivía, agora, com uma nova modalidade de segregação urbana: a dos “enclaves fortificados” (Caldeira, 2000).

As construções que haviam abrigado as grandes fábricas na Capela do Socorro e em Jurubatuba passaram a ser ocupadas por shoppings centers, concessionárias de automóveis, templos religiosos, entre outros estabelecimentos. A análise dos bairros autoconstruídos⁶ de outrora deveria, portanto, ser revista sob novas perspectivas. As questões colocadas pela antropologia interpretativa, pela pós-modernidade e pelo pós-colonialismo – especialmente as indagações sobre a escrita e as implicações da pertença do pesquisador ao objeto pesquisado – não podiam ser ignoradas.

⁵ A partir de 2019 estivemos por um período sob as restrições impostas pela pandemia da Covid-19 e o trabalho de campo foi suspenso. Apenas realizaríamos por meio remoto uma entrevista com o padre Luiz Juliano, uma importante liderança religiosa da localidade nos anos 1970-1980.

⁶ A categoria bairros autoconstruídos foi desenvolvida por Caldeira (2000) para especificar uma modalidade de construção da casa própria específica da periferia nas décadas de 1970-1980. A principal característica é o autofinanciamento. A compra de materiais de construção com recursos da renda mensal dos trabalhadores, a melhoria e ampliação da moradia ao longo do tempo. A mão de obra familiar ou por vezes em mutirão.

Considerando o ativismo político da época, delimitamos três subáreas para a pesquisa:

- 1) Piraporinha-Parque Figueira Grande;
- 2) entorno da Igreja da Vila Remo (Jardim Thomas, Santa Margarida, Vaz de Lima);
- 3) proximidades da Comunidade Santos Mártires, no Jardim Ângela.

Considerando os limites deste artigo, abordaremos apenas a microrregião Piraporinha-Figueira Grande, cujas memórias emergem na voz de dona Maria Saraiva. Essa microrregião e suas adjacências se constituíram como bairros-dormitório, destinados a abrigar a mão de obra que edificou o bairro industrial da Capela do Socorro. Parte expressiva dessa população seria incorporada à força de trabalho industrial no “chão das fábricas”. Dados socioeconômicos sobre a Capela do Socorro indicam que o crescimento demográfico entre os anos 1960 e 1970 foi da ordem de 481%, situando-a como a localidade de maior expansão populacional na cidade de São Paulo (Dias; Azevedo; Benedicto, 2004).

As memórias de dona Odete Marques revelam detalhes de uma experiência dramática de urbanização:

Era como se você chegasse a um formigueiro. Sabe por quê? Era aquela terra vermelha, nua, um imenso terreno cheio daqueles montes de terra. Porque o povo estava cavando poços. Todas as casas tinham poços para água e fossas pro banheiro. Um formigueiro, com aquela terra vermelha [...] Não tinha asfalto, luz, água encanada, não tinha nada... Pra gente pegar um ônibus, tinha de ir lá em Vila Remo, era na estrada Embu-Guaçu. Aqui era assim: a gente construía uma casinha, no princípio era luz de vela ou lampião, e a gente morava aqui, com muita dificuldade. Era muita lama. Quando chovia, você tinha de ir com um sapato na bolsa e outro no pé. Ou ia descalço e, chegando lá, lavava o pé [...] (Odete Marques, moradora do Jardim Vaz de Lima, in: Dias; Azevedo; Benedicto, 2004, p. 102).

Foi nesse cenário, marcado pela segregação centro-periferia, que surgiram as reivindicações por melhorias na infraestrutura urbana. As insatisfações individuais logo assumiram formas coletivas de luta. Às margens da Estrada do M'Boi Mirim, emergiram espaços políticos de maior visibilidade, articulados nas CEBs (Comunidades Eclesiais de Base) vinculadas à Igreja de Vila Remo. As ações reivindicativas no espaço urbano se orientavam por matrizes discursivas distintas – o marxismo, o sindicalismo e a teologia da libertação (Sader, 1988).

Na microárea Figueira Grande-Piraporinha, a militância política de orientação sindical e marxista ganharia maior expressividade, conforme verificamos na fala de dona Maria Saraiva. Contudo, a Igreja Católica, representada pela Capela de Vila Remo, teve papel de extrema importância, pois, sob a liderança do padre Luiz Juliano, atuou como um “imenso guarda-chuva”, conforme nos disse dona Maria Felipe, abrigando diferentes matizes ideológicos.

3 Em Busca das Memórias Negras Subterrâneas

Os depoimentos, registros escritos e análises foram conduzidos à luz das orientações teóricas de Michael Pollak (1989, 1992) e Martin Lienhard (1998). Para Pollak, as memórias registradas em entrevistas, embora individuais, permitem resgatar a memória coletiva. Segundo o autor, o entrevistado atua na organização das memórias sociais de forma seletiva, “[...] pois nem tudo fica gravado, nem tudo fica registrado” (Pollak, 1989, p. 203). Ainda de acordo com Pollak, as memórias sociais encontram-se em disputa: enquanto a cronologia

oficial procura ofuscar as narrativas dos excluídos, estes elegem seus próprios marcadores temporais como “memórias subterrâneas”, cultivadas e desenvolvidas nos espaços da informalidade, em redes de sociabilidade afetiva, “[...] zelosamente guardadas em estruturas de comunicação informais [que] passam despercebidas pela sociedade englobante” (Pollak, 1989, p. 8).

Na tentativa de resgatar do silenciamento as vozes negras, recorreremos também a Martin Lienhard (1998), etno-historiador que investiu na possibilidade de “escavar” os discursos de pessoas escravizadas, soterrados nos documentos oficiais, diluídos nos processos-crime ou preservados na tradição oral ainda viva nas experiências culturais e religiosas afrodiáspóricas.

[...] o discurso dos africanos ou dos seus descendentes (reais ou espirituais) se acha, na verdade, como que soterrado ou enterrado. Nosso interesse consiste, pois, em desenterrá-lo. Em qualquer operação de desenterramento, o que se chega a tirar fora é pouco mais que um montão de ossos mais ou menos desconexos. A partir desses ossos, o arqueólogo recompõe o esqueleto e procura, baseando-se no contexto pertinente, encontrar-lhe um sentido. A mesma tarefa é a que incumbe ao “arqueólogo” do discurso africano ou escravo, soterrado nos documentos existentes (Lienhard, 1998, p. 18).

O dado étnico-racial e demográfico, ignorado ou “soterrado” pelas etnografias urbanas da época, encontra respaldo nos estudos macrossociológicos de Carlos Hasenbalg (1979). Segundo o autor, as grandes migrações da década de 1970 trouxeram para o Sudeste uma população negra que até então vivera segregada, reclusa nas áreas menos dinâmicas da economia nacional. Essa população se fixou nos bairros populares, tornando-se protagonista na construção da Grande Periferia Paulistana. Embora os censos de 1970 e 1980 não contemplassem a variável “raça”, dados mais recentes permitem dimensionar a amplitude do fenômeno: nas regiões da Grande Periferia, a população negra constitui maioria expressiva. No caso do Jardim Ângela, o percentual chega a 60%, quase o dobro da média da cidade⁷.

Contudo, os moradores da periferia, homens e mulheres negros, não se apresentavam no espaço urbano articulando um discurso afrocentrado. Conforme o relato de dona Maria Felipe, gravado durante a realização da pesquisa (Silva, 2016-2018), a mobilização – ainda que majoritariamente negra – se organizava em torno das carências mais imediatas. Mas teriam esses sujeitos vivido imunes ao racismo? Teriam atuado sem consciência da pertença racial? Se a sociedade brasileira se reproduz estruturalmente combinando desigualdades de classe e raça (Telles, 2003; Oliveira, 2021), é plausível imaginar que negros recém-chegados à metrópole tenham experimentado a vida urbana sem tais implicações?

Os primeiros vestígios de atos discursivos soterrados – nos quais identificamos experiências de racismo – surgiram durante o trabalho de campo realizado no Fórum em Defesa da Vida, na Comunidade Santos Mártires. Fomos, à época, surpreendidos pela apresentação inesperada da *Revista Guará*. Produzido para subsidiar discussões coletivas, o documento reunia registros das atividades desenvolvidas na comunidade durante a Comissão da Verdade para a região da M’Boi Mirim – Santo Dias, que documentou violações de direitos humanos ocorridas sob a ditadura militar.

A partir de fragmentos da *Revista Guará*, fotografias e depoimentos de ativistas, localizamos mulheres negras que participaram das lutas por infraestrutura urbana na

⁷ Menos emprego, mais favela: áreas com mais negros têm piores índices em SP, 05/11/2019 – UOL Notícias – acessado em 13/08/2025.

periferia da Zona Sul e denunciaram o racismo presente no cotidiano. Ao reverem as imagens da revista, migrantes negros e negras reagiam com forte emoção, mesmo sem possuir um exemplar. Sempre que lhes apresentávamos a publicação, folheavam-na com admiração. As imagens das pessoas com quem haviam partilhado lutas sociais, o terror e o medo vividos sob o regime ditatorial atuavam como importantes suportes de memória. Embora a revista não tivesse como recorte central a questão racial, ficou evidente que negros e negras compunham parcela significativa dos depoentes. Foi assim que chegamos à dona Lourdes, dona Maria Felipe, dona Maria, Marlene, Verônica e dona Maria Saraiva.

A perseguição policial, o racismo nos espaços cotidianos e a discriminação no mundo do trabalho emergiram com força nos relatos. Ficou claro que a violência policial atingia de forma seletiva a população negra. É o que demonstra a narrativa do ativista Tião da Vila Remo, cujo fragmento revela que negros e brancos pobres podiam viver situações semelhantes, mas não eram tratados da mesma forma pela ótica policial.

[...] Outra vez foi aqui no ponto com dois brancos, um até faleceu há pouco tempo e ele fumava aquele cigarro de palha, ele usava aquela sedinha, aí o cara pegou, a onde está a maconha? Eu respondi, eu não conheço isso, ele me revistou todinho, tirou minha cinta abaixou minha calça, ali no ponto de ônibus, o cara falou: a onde está? A seda está aqui, aonde está? Largaram o branco pra lá e pegaram eu, e ficaram bastante e ficaram bastante tempo, meu documento jogaram no chão, aí o cara falou pega, eu falei, não, pega você, você que jogou, pega e põe onde você tirou, tinha outro que estava com revólver e falou: é melhor você pegar e vai embora quieto, peguei e fui pra casa (Tião da Vila Remo, Revista Guará, p. 19).

A discriminação racial no emprego e a violência policial são confirmadas nos relatos de Maria Cícera Mineiro da Silva.

Com 16 anos fui para uma entrevista nas Lojas Americanas, aí foi selecionando o pessoal e eu fui concorrer a uma vaga, eu fui uma das que se saiu melhor na entrevista, nos testes, quando chegou a entrevista com o gerente eles mandaram aguardar um pouco, quando o entrevistador chegou ele começou a questionar, que havia sido a melhor e tal, e eu escutei o gerente falar: “mas a gente não quer porque ela é negra, ela é negra”. Os policiais eram os que mais faziam pressão psicológica, de xingar: olha você vai voltar pra rua pra fazer baderna; o que vocês querem, querem acabar com o governo? Olha nós temos que ser respeitados, nós estamos aqui, nós podemos até matar que não vamos responder processo, quem perde a vida são vocês. Mas eu continuei na luta, continuei... (Maria Cícera Mineiro da Silva, Revista Guará, p. 19).

O controle do cotidiano estava na ordem do dia, como evidenciam os relatos de Tião da Vila Remo e Maria Cícera Mineiro. As ruas, bares e botequins se apresentavam como espaços de lazer dos trabalhadores, mas, como presenciamos, tornaram-se alvos preferenciais da repressão policial. As “batidas” ocorriam no início da noite, quando os trabalhadores retornavam para casa e faziam uma pausa nos pequenos bares para conversar com amigos, jogar bilhar ou cartas, trocar notícias sobre o bairro, comentar o próximo torneio de futebol de várzea ou planejar excursões ao litoral paulista ou a Aparecida do Norte. No universo da periferia, os moradores estavam, portanto, inseridos em uma rede ampla de atividades e sociabilidades que se expressavam nos botequins (Machado Silva, 1969). Trata-se de uma história capilarizada, registrada tanto nas vozes das ativistas negras quanto nos fragmentos que selecionamos da *Revista Guará*.

Nosso compromisso ético-acadêmico com as vozes negras marginalizadas tornou-se ainda mais evidente quando lemos o relato de Maria Felipe. No fragmento a seguir, a militante negra rememora as consequências, no bairro, da morte do líder metalúrgico

negro Santo Dias, e relata a tristeza de não ter podido concluir o livro em que contaria sua história de vida.

A Araci que era uma engenheira que morava aqui no Jd. Santa Margarida veio pra falar pra gente que o Santo tinha sido assassinado na porta da Sylvania, e eu colecionava os jornais, aí tinha um jornal chamado O Movimento, que falava, que denunciava as atrocidades que aconteciam, era um jornal, muito político, eu fazia coleção daquele jornal, eu tinha um livro escrito, mais de 500 páginas, que no dia a dia na minha vida nos grupos de mães, nos movimentos populares, nos diversos movimentos que a gente participava, nas portas de fábrica, tudo eu anotava e eu estava querendo escrever um livro, aí a Araci disse: “vamos queimar tudo isso, vamos jogar dentro do poço, porque se a polícia chegar aqui, pega isso aqui, você vai ficar muito tempo em cana”, então a minha história na verdade eu tive que jogar fora, por conta da repressão, da opressão, tudo. (Maria Felipe, Revista Guará, p. 17).

A história das mulheres negras, conforme revela a fala de Maria Felipe, remete-nos a uma experiência inusitada, mas possível, no campo da pesquisa acadêmica. Em “*The First Time*”, Mintz (*apud* Caldeira, 1988) relata ter assumido a responsabilidade de contar a história dos Saramakas a partir de solicitação expressa do próprio grupo. No nosso caso, não fomos convidados a narrar a história dos movimentos sociais urbanos sob a perspectiva das ativistas negras. Contudo, o encontro fortuito com o relato de dona Maria Felipe nos comoveu e, sensibilizados por sua fala, investimos no projeto de inscrever as memórias negras silenciadas.

A transcrição e a textualização das falas das depoentes foram realizadas em consonância com os procedimentos da História Oral⁸, adotando-se, sobretudo, a metodologia da História Oral de Vida. Essa abordagem orienta a forma como apresentamos, na sequência, a textualização do relato concedido por dona Maria Saraiva.

4 O Contexto da Narrativa de Dona Maria Saraiva

Iniciamos pelo contexto da fala de dona Maria Saraiva, autodeclarada parda e militante de esquerda, residente no bairro da Figueira Grande. A localidade faz fronteira com o bairro da Piraporinha, ainda hoje um importante palco de atividades culturais promovidas na Casa de Cultura. Nos anos 1970 e 1980, a região tornou-se um polo de aglutinação da matriz discursiva marxista e da Teologia da Libertação. A fixação da residência do casal Aurélio Peres e Conceição Peres na Figueira Grande foi fator determinante para que um conjunto de intervenções de natureza reivindicativa fosse implementado. O encontro entre moradores sem experiência política prévia e militantes de esquerda modificou a dinâmica social local.

Parte da militância da região Piraporinha-Figueira Grande foi sensibilizada pelas lutas por melhoria da infraestrutura urbana e pelo ativismo de personagens de esquerda que elegeram a localidade como palco para travar, indiretamente, o embate político com o autoritarismo. A história de vida de Aurélio Peres é emblemática para compreender as ações populares forjadas na microrregião. Em 1970, Aurélio ingressou na Pastoral Operária,

⁸ A metodologia obedece a três etapas: **transcrição**, **textualização** e **transcrição**. A **transcrição** compreende a reprodução exata do documento oral, na forma vocalizada. A **textualização** implica na passagem da versão vocal para o documento escrito, entendendo que, entre a escrita e a fala, existem distinções. A apresentação de um texto oral nativo no formato “bruto”, que para o linguista seria o procedimento exigido, significaria, do ponto de vista da História Oral, em sua inferiorização, em face ao texto corrigido e revisado do pesquisador. Trata-se de um esforço em equipará-los ao nível da escrita formal. A **transcrição**, envolve a reordenação dos textos orais, especialmente, das histórias de vida, para que adquiram fluência espaço-temporais (Bom Meihy, 1991).

instância ligada às CEBs. Em setembro de 1974, foi preso e torturado nas dependências do DOI-CODI, em São Paulo, sendo libertado no mês seguinte por intermediação da Arquidiocese de São Paulo. Ainda em 1974, tornou-se coordenador do Movimento do Custo de Vida⁹, cargo que exerceu até 1978. Ingressou como metalúrgico na Caloi em 1976 e passou a militar na Oposição Sindical. Em 1978, foi eleito deputado federal, tornando-se o primeiro operário a alcançar tal designação para o Legislativo Federal¹⁰.

A partir de meados da década de 1970, Aurélio Peres fixou residência no bairro Figueira Grande. Após a anistia política (1979), militantes de esquerda que estavam na clandestinidade puderam retomar seus direitos políticos. A aproximação e a filiação ao PC do B (Partido Comunista do Brasil) possibilitaram que o pequeno bairro recebesse visitas de lideranças históricas, como o lendário João Amazonas e outros militantes, entre eles Jamil Murad, Vital Nolasco e Aldo Rebelo. A situação criada pela clandestinidade aproximou moradores negros e brancos pobres das ideias e ações coletivas propostas pela esquerda.

A Sociedade Amigos de Bairro foi ressignificada e, de instituição que até então servira aos interesses de políticos clientelistas vinculados aos partidos permitidos pelo regime ditatorial, passou a ser reestruturada para assegurar reuniões entre militantes de esquerda e moradores recém-chegados à metrópole. A casa de Aurélio Peres e a Sociedade Amigos de Bairro tornaram-se, assim, espaços fundamentais para a “formação política”. Foi a partir desse contato com os ideais revolucionários que informações mais amplas sobre a ditadura militar e sobre a existência de tortura no país passaram a circular entre os moradores e ativistas dos movimentos sociais reivindicativos.

De acordo com Pollak (1989), as “memórias subterrâneas” que se desenvolvem na clandestinidade podem eclodir pontualmente – como no caso do Movimento do Custo de Vida (1973-1982) – e ganhar visibilidade pública. Contudo, tais eclosões são fruto de experiências elaboradas em redes e instituições construídas na penumbra, sobre as quais a pesquisa pode lançar luz. O depoimento de dona Maria Saraiva exprime, desde dentro, o tecimento dessas experiências anônimas.

A narrativa teve início a partir de fotografias de moradores e ativistas do PC do B, trazidas espontaneamente pela entrevistada, e de um exemplar da *Revista Guará*. As fotos que acompanham a narrativa, cedidas gentilmente por dona Maria Saraiva, revelam que os moradores da Figueira Grande eram, em sua expressiva maioria, negros (pretos e pardos), somando-se a outros migrantes com distintos marcadores étnico-raciais. Com emoção, a depoente rememorou diversas figuras, destacando dona Maria Baiana (foto 1) como uma importante liderança negra local. A maneira afetiva com que narrou o drama da prisão de Aurélio Peres evidencia os vínculos que mantinha com os militantes de esquerda.

Encontramos dona Maria Saraiva na casa de Johnson, amigo de longa data e importante participante dos movimentos populares no entorno do bairro Figueira Grande. Fomos ao local acompanhados do militante do Movimento Negro Unificado (MNU), Luiz Herculano, outro morador antigo da região. A íntegra da narrativa de dona Maria Saraiva, juntamente com

⁹ O Movimento do Custo de Vida (MCV) tem sido considerado um dos movimentos populares mais expressivos que surgiram no contexto das lutas populares dos anos 1970 e 1980 (Monteiro, 2017). Importantes lideranças dos movimentos sociais reivindicativos da Zona Sul tiveram papel central na mobilização das camadas populares. Aurélio Peres, por exemplo, foi um dos coordenadores, ocupando essa posição no período 1974 a 1978.

¹⁰ Para consultar essa informação, acesse: www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/peres-aurelio. Acesso em: 27 abr. 2020.

o material iconográfico disponibilizado, permitiu-nos “dar rosto” às pessoas e rememorar individualidades que atuaram no contexto histórico local.

Os reflexos da repressão política durante a ditadura, as reticências e a incompletude na pronúncia do termo “ditadura” são marcantes na narrativa. As perguntas dirigidas ao pesquisador sobre a possibilidade de nomear aliados que combateram o regime autoritário remetem ao medo instaurado pela repressão, evocando sofrimentos, perseguições e dores de um passado sombrio. Como a entrevista contou com a presença de outros militantes – Johnson, Hélio (irmão de Johnson) e Luiz Herculano –, a narrativa foi pontuada por intervenções feitas por eles.

5 Dona Maria Saraiva com a Palavra

Eu morava na Zona Leste, na Vila Formosa, me mudei para a Figueira Grande em 1971. Na rua onde eu morava não tinha energia. Asfalto? Nem pensar! Na rua de cima, na Sebastião Dias Fragoso, também não tinha. Então a minha luta começou aí. Conheci uma pessoa que disse, porque a senhora não vai lá na Light, ali no Largo 13 e fala para virem colocar luz? Eu fui. Era um dia chuvoso, cheguei lá, não tinha esse negócio de senha, era fila, um rapaz perguntou o que eu desejava, eu expliquei. Ele disse: “o que a senhora tinha que fazer é colher um abaixo assinado”. Voltei para casa, o meu marido que era bom datilógrafo, falou: “É para já”, fez o cabeçalho e eu saí colhendo as assinaturas das pessoas, da Maria Baiana, Maria Portuguesa, que saudade! Eu encontrei um morador que não quis assinar. Ele disse, “a gente não tem que pedir nada, quando as coisas têm de vir vem, não precisa ir atrás”. Eu disse não é bem assim, foi quando a Conceição Peres, mulher do Aurélio, que residia na Rua Luiz Miguel Figueira, atravessou a rua e veio me perguntar o que eu estava fazendo, eu disse que estava fazendo um abaixo assinado, porque não tinha luz na minha rua, eu utilizava a luz do Sr. João, que me cedeu uns bicos de luz. O homem tinha cara de bravo. Mas aí eu disse: o máximo que ele podia fazer era dizer não. Ele perguntou. Onde a senhora mora? Eu moro na rua de baixo na Sebastião Dias Fragoso. Quantos filhos a senhora tem? Eu tenho dois? Qual a idade deles? Um está com um ano e meio e o outro com três meses. Quantos cômodos tem a sua casa? A minha casa tem cinco cômodos, mas era assim... só as paredes, não tinha porta, não tinha nada. “Não tem nenhum bico de luz?” Eu disse não. Eu uso o lampião, aí ele me arrumou três bicos de luz. Ele me cobrava pelo uso, então foi assim. Aí quando encontrei a Conceição ela falou: “Eu moro nessa rua, mas acho que não faz mal eu assinar”. Então eu disse, o moço não falou que tinha que ser apenas morador da rua. “Ah! Então vou assinar. Se precisar assinar dez vezes eu assino”. Para encurtar a história, ela assinou e foi assim que começamos a nossa amizade. Todo mundo assinou, apenas uma pessoa não assinou. Aí eu peguei o abaixo assinado e levei lá na Light, em menos de quinze dias o caminhão da Light estava distribuindo os postes e procurando a responsável pelo abaixo assinado, foi assim que comecei a minha luta, uma luta individual, foi aí que eu conheci a Conceição, ela foi na minha casa, com o marido dela, eles foram nos conhecer, conhecer o Saraiva, ficaram amigos e eu amiga dela, aí ela me convidou para nos reunir pelas coisas gerais. Ela começou a falar da di..., da saúde, essa rua não era asfaltada, foi assim que eu conheci a Dona Rosa, mãe do Johnson e do Hélio, aí depois veio o asfalto dessa rua, da rua onde eu moro. Então a nossa luta começou pela luta específica do bairro, mas depois, começou uma luta maior, porque não existia posto de saúde, eu ia levar meus filhos para vacinar no Centro de Saúde, na Adolfo Pinheiro. Começamos a luta por saúde, a luta por escolas, porque só existia uma escola e ficava em um barracão de madeira, uma curva perigosa, que era a Curva da Morte. Quando conheci o Aurélio e a Conceição não sabia que o propósito deles era realizar um trabalho social mais amplo aqui no bairro. Mas logo percebi que sim, eles eram comunistas. Quando foi dado o golpe em 64, eu não tinha acesso à televisão, mas eu sempre tive na minha natureza o desejo de saber das coisas, então, eu acompanhei, eu ouvia, eu via aquele povo nas ruas, ali na Av. Liberdade, os estudantes,*

então eu ia junto, eu não tinha isso muito profundo, mas, quando da questão do abaixo assinado eles se aproximaram de nós, na verdade eles estavam procurando alguém, então, acharam a pessoa certa. Então começamos aquela amizade e eles começaram a falar da... Que precisávamos nos reunir e então começamos pelo Clube de Mães e depois que a gente reativou a Sociedade [Amigos de Bairro]. O Clube de Mães começou aqui na Figueira em 1973 e a Coordenação era na Igreja Vila Remo, com o Padre Luiz. Em 1976 começamos a nos reunir, eu e o Rocha, pode falar o nome das pessoas? [que estão na foto do Clube de Mães]. Aqui sou eu, a Dona Jandira, Vera, Maria, Maria da Penha, Gisele, Maria do Noel, olha todas essas mulheres aqui deram uma grande contribuição, a Dona Ifigênia, a Dona Jacira, japonesa, o marido dela vendia alface no carrinho de mão, a Dona Maria baiana, que também faleceu, uma liderança forte, a Dona Rosa, que é a mãe do Johnson não está aqui, nesse dia ela não foi. O propósito do Clube de Mães não era se reunir por se reunir. A gente tinha atividade de crochê, tricô, mas o propósito não era só isso, o propósito mesmo era reunir as mulheres para reivindicar aquilo que estava faltando que era saúde, a questão social, o que estava acontecendo no nosso país, o regime militar, mas a gente falava muito pouco, porque a repressão era muito violenta, era muito cruel, a gente dava uma pinceladinha bem suave, depois foi indo, foi indo, até chegar à Abertura, a luta pela Anistia, mas o propósito era ir jogando uma sementinha, abrir a mente para o que ocorria no país e assim foi. A Conceição não está nessa foto [do Clube de Mães], mas a participação dela era sagrada. A participação do Aurélio era mais na questão das fábricas, ele era metalúrgico e naquela época ele trabalhava na Caloi. Em 1976 a gente começou o Movimento da Carestia, em 1977 foi a entrega do abaixo assinado na Praça da Sé, na Catedral. Então de 76 a 77 era reunião, era reunião, era reunião, foi aí que abriu o leque. Eu costumo dizer que o Movimento da Carestia abriu o leque, pois até então o pessoal tinha medo, a repressão era muito violenta. O Aurélio foi preso aqui na casa dele às 10 horas da noite, um camburão veio buscá-lo, foi preso porque participava do sindicato e aí eles vieram e o levaram, mesmo assim, nós não paramos, continuamos. Só não mataram o Aurélio porque ele foi preso e nós estávamos juntos, eu meu marido, seu pai, o Jesus, a gente estava junto e testemunhou. Então entramos em contato com o padre Luís na Vila Remo, porque como estava falando a Coordenação de todos os movimentos era na Vila Remo. O Aurélio foi preso e torturado em 1976, quando nós começamos a organizar os movimentos populares. O Aurélio foi preso em 1976 quando atuava pelo sindicato, depois veio a morte do Santo Dias, e foi uma perda muito grande. Fizemos muitas reuniões na minha casa e o Santo Dias participava, também na questão dos sindicatos, que estava na mão do Joaquinção. Ana, esposa do Santo, participava com a gente no Clube de Mães. A Neusa do Jardim Universal também. [o Aurélio quase tirou o Joaquinção do sindicato, concorrendo pela Chapa 3 – Johnson]. Com o tempo o Movimento da Carestia extrapolou o bairro, aí já era uma coisa coordenada politicamente, então aquele movimento passou a chamar a atenção das autoridades. E uma das reivindicações do Movimento, era o nosso salário-mínimo unificado, pois em São Paulo o salário-mínimo era um e no Nordeste, bem pequeno. O Movimento da Carestia era amplo, entrava a Reforma Agrária... O movimento era centralizado na Vila Remo, porque os padres que iam para a Piraporinha tinham a cabeça meio fechada. Na Vila Remo era o padre Luís, um padre progressista. Naquele tempo a igreja tinha uma outra postura, a postura da igreja era realmente defender o povo das garras dos... agora hoje não. Eu não tenho nenhuma religião, eu ia aos encontros na igreja apenas como ativista. Eu acredito em um Deus amoroso, é isso que me dá o entendimento para nessa terra que estou pisando fazer alguma coisa, não ficar apenas no meu egoísmo. Até então não se podia falar do partido, era clandestino, senão eles passavam o facão sem piedade, por isso que eu falo que o povo está com a faca e o queijo na mão, se mexe povo! [Às quintas-feiras tinha umas reuniões aqui na casa do Aurélio, chegava um pessoal para falar da Anistia, Aldo Rebelo, Raimundo Pereira do jornal O Movimento, mas era uma coisa superclandestina mesmo – Hélio]. Este aqui na foto é o Raimundo do jornal O Movimento. Esse jornal ajudou muito a passar as informações, depois com a conquista... Na verdade, a gente era do partido, mas a gente não podia falar. [O suporte político vinha desse pessoal, esse pessoal era muito politizado aqui da foto – [foto do partido na Sociedade Amigos de Bairro]. Uma pessoa que esteve aqui e era muito conhecida... E que foi muito torturada foi a Amelinha. Veio também o João Amazonas... Umas pessoas davam informações sobre a questão física, sobre a tortura praticada pela ditadura militar, a Laudelina Carneiro, por exemplo, que foi diretora do posto de saúde. Eram pessoas que davam informações de que a ditadura não poderia

continuar. Eu e o Hélio começamos a participar do grupo de jovens na Sociedade e esporadicamente apareciam pessoas que tinham uma opinião e orientavam a gente, e em 76, já falavam em Constituinte! – Johnson]. Eram reuniões abertas, todo mundo era convidado, mas vinha principalmente as lideranças. Não que estávamos com medo, precisávamos nos preservar. O Movimento da Carestia foi um movimento amplo, estudantes, movimento negro, foi assim... um basta! Vieram os médicos, os cantores, Leci Brandão, começou a vir aos shows na casa de Cultura, então abriram-se as cortinas. A nossa companheira Zilda deu muita força para o Movimento Negro... Depois de muita luta que veio a Casa Popular de Cultura, que foi uma reivindicação nosso. Vimos que a Piraporinha passa gente para mais de metro, que junta todas as cabeças e começamos a reivindicar. A Casa continua lá, e começou com um circo. Começamos na Casa Popular com o circo, trouxemos pessoas da raça negra, os indígenas, conseguimos trazer, a Leci, peças de teatro, a Inezita Barroso, a Anastácia, o Zé Gonzaga, irmão do Luiz Gonzaga. Quando mudamos prá cá aqui não tinha nada. Aqui a água era de poço. Não tinha iluminação, depois veio os dois colégios, o Hélio Ferreira de Castro e o Peccioli. Aqui a luta por saúde se iniciou quando conseguimos o primeiro posto, a Casa do Cajueiro, que antecedeu a construção do posto. Isso foi na época do prefeito Reinaldo de Barros. O posto de saúde foi outra das conquistas da comunidade. No Figueira Grande foi o primeiro posto, o da Chácara Santana veio antes, em 1977, o da Figueira, em 1980. Surgiram postos depois da luta no Figueira. O propósito do Clube de Mães era as mulheres se mexerem, saírem da zona de conforto.

A luta por moradia foi outra ação que iniciamos aqui. [Eu sei o ano, foi em 1981, a gente estava voltando de Brasília e a gente viu na primeira página. Aquilo foi uma coisa que pisou no calo do poder. E era muita gente. E aquele negócio começou a crescer. E a gente sabia que ia crescer. E teve um movimento por moradia também aqui na Figueira. Tem um pedaço de terra, daqui da esquina até a viela da casa da Maria, são casas que foram construídas em uma área invadida, já começou com casas de alvenaria, depois, água e luz. Essa invasão aqui foi a primeira, foi um ensaio... Johnson]. Hoje eu não tenho vergonha e falar e se fosse preciso faria tudo de novo. Eu não tenho vergonha de nada do que eu fiz, falo assim para os meus familiares, para os meus netos, porque a nossa luta foi para que todo mundo tivesse a sua moradia digna, e esse é um direito de todos, ter o seu trabalho, é um direito de todos. Poder público nenhum está fazendo benefícios, o que se faz é um direito sagrado, então eu costumo dizer que não tenho vergonha de nada, se tivesse que fazer tudo de novo eu faria. Até então não [havia] esses projetos que têm hoje, da moradia popular. A moradia era um privilégio de algumas pessoas e se trate de um direito sagrado. Então começou o movimento da moradia. Eu fiz parte desse movimento, outras companheiras que não estão mais aqui no planeta terra, que é a Fátima, Dona Maria, nós começamos a organização, mas não foi só a Figueira Grande, veio o pessoal de Vila Remo, a deputada Irma Passoni, não sei se pode citar os nomes depois você vê... A gente ainda tem um pouco de... Por uma questão de segurança a gente não podia citar nomes, uma questão de proteção das pessoas, mas hoje pode, [ainda não voltamos à ditadura, falta pouco – Hélio] então vamos aproveitar. Estava o Aurélio, a Zilda já estava participando também, nós invadimos a fazenda, o propósito era invadir a Fazenda Itupu, que era uma área Federal, para despertar no poder público, a necessidade das moradias populares, esse foi o propósito da Fazenda Itupu. E foi um sucesso! A gente não conseguiu ficar lá na Fazenda Itupu, [Eles foram muito eficientes para fazer aquilo, porque só podiam fazer aquilo na madrugada, porque durante o dia iriam ter problemas – Johnson]. Foi aí que deu força ao movimento da moradia, quem coordenou foi o Movimento da Moradia. Juntou gente do Jardim Coimbra, Jardim Letícia, Vaz de Lima, Nakamura. A primeira moradia popular que conquistamos foi nos Adventistas. A negociação foi com os Adventistas e com o prefeito Reinaldo de Barros. Ele comprou uma área dos Adventistas e construiu aquilo que está até hoje lá [a Cohab Adventista], então tem muita gente que não está mais porque faleceu, mas foram importantes nessa luta. O movimento da moradia aqui e no Brasil inteiro surgiu depois da Fazenda Itupu. Então veio o Exército, e eu fui uma das pessoas que era linha de frente e eles me procuravam como se procurassem uma agulha em um palheiro, mas eu fui protegida, não sei como, porque eu estava lá no meio do povo... E de manhã nós saímos, a orientação era para sair porque a Coordenação entendia que o propósito já havia sido conseguido que era chamar a atenção para o problema da moradia popular... O governador na época, vocês sabem quem era [Maluf – Hélio] eu não quero pronunciar

esse nome e o delegado também [era o Romeu Tuma – Hélió], já estava balançando a estrutura de ferro que eles achavam que era forte, mas estava desmontando. Foi então que começou a questão das moradias populares. A decisão que veio para nós na Fazenda Itupuera era para sair em paz, porque, reagir como? Com o que? Com lençol, cobertor? E eles com armamentos pesados, canhão, foi uma coisa terrível, entende? Para vocês terem uma ideia um jornalista da Bandeirantes chegou a ganhar um prêmio com a reportagem da saída do povo da Fazenda Itupu. Eu fiz parte... Eu estava lá! Fui uma das cabeças e não tenho vergonha de dizer que a terra é um direito sagrado, que todo mundo tem direito de ter sua casinha, ter onde criar sua família, então é isso, não tenho vergonha, e precisa ser em benefício do povo, não para meia dúzia de gatos pingados. [Eu era muito pequeno, estive nos dois, depois lá na Torre da Record também foi terrível - Herculano]. Mas não foi o mesmo grupo que ocupou, mas foi efeito de maneira semelhante ao da Fazenda Itupu. Eu conheci as pessoas, mas não foi nós, fomos a faísca, seguiu-se depois na Zona Leste [lembrando que uma outra grande vitória dessa região foi a eleição do Aurélio e da Irma. A primeira eleição dos dois foi uma dobradinha, apoiada pelos movimentos sociais, em uma frente ampla, pois não havia o pluripartidarismo. Foi então, na segunda eleição, que a Irma foi eleita pelo PT e o Aurélio pelo PC do B. Quem comandava politicamente aqui eram o Arthur Alves Pinto e o José Maria Marim – Johnson]. Foi por orientação do comando que saímos da Fazenda Itupu. Olha dissemos, balançou! É porque o ferro está desmontando, então vamos nos retirar, e assim a gente fez. Depois veio a divisão partidária, eu particularmente respeito todo mundo, o Paulo Diniz era do PC do B, depois ele foi para o PT, mas eu respeito a decisão dele. [No começo, o PT e o PC do B não se bicavam muito, não era como hoje – Hélió]. É isso companheiro, a luta nossa foi essa, a luta popular, a conquista da Anistia. Eu gosto muito de história, diz que sempre teve alguém que lutou e a luta tem de continuar. Assim como a Zilda, primeira coordenadora da casa de Cultura. Nós tivemos muitas perdas de pessoas que morreram por doença e outras nas garras da ditadura. Ela começou aqui na sociedade como secretária, ela foi a primeira Coordenadora da Casa Popular de Cultura, ela dava a vida pela CPC, ela estava lá direto. [Já faz 20 anos que a Zilda morreu, mas durante o tempo em que ela estava lá ela trazia muita gente, tentava politizar as pessoas. Ela já tinha esse engajamento, e era um trabalho muito bonito, tinha um cara que dava aula de capoeira, o Jonas, Arakunrin. O Jonas e o Arakunrin são os mesmos. Ele era muito novo, e já mexia com capoeira. Então as pessoas participam das coisas com a consciência diferente, tem uma parte que queria mesmo combater o regime e uma parte queria a reivindicação, água, luz e teve um momento que juntou todo mundo e deu uma coisa diferente. Teve o momento em que se conhecia tudo. Tinham uma força, teve um momento que eles traziam quem eles queriam, hoje tem coisas acontecendo na CPC porque passo por lá durante a feira e vejo, mas naquele tempo era a questão política. Está provado que eles não dão nada de graça. Foi um momento profícuo, não sei se aquele mesmo objetivo, aquela mesma união. A Casa Popular de Cultura veio para politizar. Eles davam cursos, faziam de tudo um pouco para agregar. Cheguei a ir em shows, era uma coisa inacreditável, o circo lotava, mas até hoje não temos muita coisa, que equipamento cultural a gente tem? Eu sei que tem muito trabalho, mas a gente com o tempo está se afastando, mas deve ter muito trabalho, e deve ter gente que ainda está na luta... mas quando vamos envelhecendo, nos afastamos.

*Ditadura

(Depoimento da Dona Maria Saraiva, autodeclarada parda, pernambucana, 24/10/2017).
(A entrevista contou com as intervenções de Johnson, Hélió e Herculano, 24-10-2017).

Foto 1 – Integrantes do Clube de Mães da Figueira Grande: 1974¹¹



Fonte: Acervo pessoal

Foto 2 – Reinauguração do Posto de Saúde da Figueira Grande: 1989



Fonte: Acervo pessoal

Foto 3 – Reunião Política do PC do B na SAB Figueira Grande: legalização do partido



Obs.: Da esquerda para a direita: Saraiva, Aurélio Peres, João Amazonas, Vital Nolasco, Aldo Rebelo e Jamil Murad.

Fonte: Acervo pessoal

¹¹ A dona Maria Baiana é a terceira pessoa na sequência da direita para a esquerda.

6 Considerações Finais

Este artigo abordou uma questão de ordem teórico-metodológica identificada pelo pesquisador no exercício do trabalho acadêmico. Constatamos que, nas etnografias desenvolvidas na periferia da cidade de São Paulo nas décadas de 1970 e 1980, havia uma lacuna evidente: as pessoas – em sua maioria negras – que residiam na periferia e atuaram nos movimentos reivindicativos não eram descritas como tais. O racismo, enquanto fenômeno estrutural da sociedade brasileira, não foi tratado como um aspecto relevante para a compreensão da realidade urbana.

Para enfrentar esse apagamento, decidimos retornar a uma região importante da periferia da Zona Sul – local onde vivemos nossa infância, juventude e parte da vida adulta – e conversar com pessoas que atuaram como lideranças nos movimentos reivindicativos. Além dos relatos orais, incorporamos como material etnográfico os registros encontrados na *Revista Guará*, produzida pelos próprios movimentos sociais e fotografias que nos foram cedidas.

Os depoimentos coletados evidenciam que o racismo era constitutivo da vida cotidiana dos moradores, manifestando-se tanto nos espaços de trabalho quanto nos bairros. Utilizamos, especialmente, a metodologia da História Oral de Vida como estratégia para inserir a voz textualizada de uma das entrevistadas, dona Maria Saraiva. A partir dessa metodologia, inserimos de forma integral a narrativa de uma importante ativista.

Nosso objetivo consistiu em responder ao desafio de inscrever as vozes negras no texto acadêmico – vozes que permaneceram invisibilizadas nas etnografias das décadas de 1970 e 1980. A proposta fundamenta-se nas discussões contemporâneas que buscam alternativas ao modelo clássico de escrita etnográfica, o qual tende a despersonalizar, omitir ou fragmentar os diálogos entre pesquisador e interlocutores, elementos fundamentais na produção do saber antropológico. A inscrição dessas vozes, mediante registros escritos e orais obtidos localmente, visa instituir uma modalidade de escrita afrocentrada que problematiza a herança eurocêntrica do fazer etnográfico, ainda hegemônica em centros acadêmicos periféricos. De modo específico, questionamos o silenciamento sobre o marcador racial e o racismo na Antropologia Urbana institucionalizada nas universidades paulistanas, campo no qual fomos formados.

Referências

BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan. **Branços e negros em São Paulo**: ensaio sociológico sobre aspectos da formação, manifestações atuais e efeitos do preconceito de cor na sociedade paulistana. Anhembi, SP: Unesco, 1955.

BASTIDE, Roger. **A imprensa negra do estado de São Paulo**: Estudos Afro-brasileiros. São Paulo, Perspectiva, 1973.

BAVA, Silvio Agrisani Caccia. **Práticas cotidianas e movimentos sociais**: elementos para a reconstituição de um objeto de estudo. 1983. 221p. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1983.

BOAS, Franz. **Antropologia e a vida moderna**. Lisboa, Edições 70, [1928] 2021.

BOM MEIHY, José Carlos S. **O manual de história oral**. São Paulo, Loyola, 1996.

BOM MEIHY, José Carlos S. **O canto de morte kaiowá**. São Paulo, Loyola, 1991.

- CALDEIRA, Teresa Pires do R. **A política dos outros**: cotidiano dos moradores da periferia e o que pensam do poder e dos poderosos. São Paulo, Brasiliense, 1984.
- CALDEIRA, Teresa Pires do R. A presença do autor e a pós-modernidade em antropologia. **Novos Estudos Cebrap**, v. 21, p. 133-157, 1988.
- CALDEIRA, Teresa Pires do R. **Cidade de muros**: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo, Editora 34; EdUSP, 2000.
- CLIFFORD, James. **Sobre a autoridade etnográfica – A experiência etnográfica**: antropologia e literatura no século XX. Rio de Janeiro, Editora UERJ, 1998.
- DIAS, Luciana; AZEVEDO, Jô; BENEDICTO, Nair. **Santo Dias**: quando o passado se transforma em história. São Paulo, Cortez, 2004.
- DURHAM, Eunice. A pesquisa antropológica com populações urbanas: problemas e perspectivas. In: CARDOSO, Ruth (org.). **A aventura antropológica**: teoria e pesquisa. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986. p. 17-37.
- FELDMAN-BIANCO, Bela. Introdução. In: FELDMAN-BIANCO, Bela. **Antropologia das sociedades contemporâneas**. São Paulo, Ed. Unesp, 2009. p. 19-56.
- GEERTZ, Clifford. **Uma descrição densa – Por uma teoria interpretativa da cultura**: Interpretação das culturas. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1978.
- HASENBALG, Carlos. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. Rio de Janeiro, Graal, 1979.
- KOFES, Suely. **Entre nós, os pobres, eles os negros**. 1976. 182f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP, 1976.
- KUHN, Thomas. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo, Editora Perspectiva, 2001.
- LIENHARD, Martin. **O mar e o mato – histórias da escravidão (Congo-Angola, Brasil, Caribe)**. Salvador: UFBA/CEAO, 1998.
- MACEDO, Carmem Cinira. **Nós, a comunidade**: o estudo de uma CEB na periferia de São Paulo. 1985. 508p. Tese (Doutorado) – Faculdade de Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1985.
- MACHADO DA SILVA, Luiz Antônio. O significado do botequim. **Revista América Latina**, v. 12, n. 3, p. 161-183, jul.-set. 1969.
- MAGNANI, Luís Guilherme C. **Festa no pedaço**: cultura e lazer popular na cidade. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- MONTEIRO, Thiago Nunes. **Como pode um povo vivo viver nessa carestia**: o Movimento do Custo de Vida em São Paulo (1973-1982). São Paulo: Humanitas; Fapesp, 2017.
- NIEMEYER, Ana Maria de. **O lugar da pobreza**: moradia e controle do espaço em favela de São Paulo, 1972-1975. 1985. 444p. Tese (Doutorado) – Faculdade de Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1985.
- OLIVEIRA, Dennis. **Racismo estrutural**: uma perspectiva histórico-crítica. São Paulo. Editora Dandara, 2021.
- PEREIRA, Luena Nascimento Nunes. Alteridade e raça entre África e Brasil: branquitude e descentramentos nas ciências sociais brasileiras. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 63, n. 2, p. 1-14, 2020.
- POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.
- POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entram em cena**: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980. Rio de Janeiro: Editora Petrópolis, 1988.

SILVA, José Carlos Gomes. **Negros na cidade: identidade, lazer e cultura no contexto da periferia**. Projeto de Pesquisa aprovado pela FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo 2016-2018. Disponível em: Auxílio à pesquisa 16/03606-5 – Lazer, Cultura (sociologia) – BV FAPESP. Acesso em: 3 fev. 2026.

SILVA-TELLES, Vera. **A Experiência do autoritarismo e práticas instituintes**: os movimentos sociais em São Paulo nos anos 70. 1984. 144p. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1984.

SILVA-TELLES, Vera. Anos 70: experiência prática e espaços políticos. *In*: KOWARICK, Lúcio. (org.). **As lutas sociais e a cidade**. Rio de Janeiro; São Paulo: Editora Paz e Terra, 1988. p. 247-290.

TEDLOCK, Dennis. A tradição analógica e o surgimento de uma antropologia dialógica. Brasília, **Anuário Antropológico**, v. 10, n. 1, p. 183-202, 1986.

TELLES, Edward. **Racismo à brasileira**: uma nova perspectiva sociológica. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

VELHO, Gilberto. **A utopia urbana**: um estudo de antropologia social. Rio de Janeiro: Zahar Editores, [1972] 1978.

VELHO, Gilberto. Observando o familiar. *In*: VELHO, Gilberto. **Individualismo e cultura**. Rio de Janeiro, Editora Jorge Zahar, 1987. p. 121-132.

José Carlos Gomes da Silva

Professor Titular da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), Câmpus Guarulhos, com credenciamento no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais. Desenvolve pesquisas nas áreas de Antropologia Urbana, Antropologia das Populações Afrodiáspóricas, Antropologia da Música e Educação para as Relações Étnico-raciais, com foco nas seguintes temáticas: memórias negras, racismo socioespacial, juventude e musicalidades negras.

Endereço profissional: Estrada do Caminho Velho, n. 333, Jd. Nova Cidade, Guarulhos, SP. CEP: 07252-312.

E-mail: jose.carlos22@unifesp.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9173-8152>

Como Referenciar este artigo:

SILVA, José Carlos Gomes da. Vozes Negras na Periferia da Cidade de São Paulo: revisitando etnografias e memórias silenciadas (1970-1980). **Ilha – Revista de Antropologia**, Florianópolis, v. 27, n. 3, e108353, p. 27-45, setembro de 2025.